

Parecer nº 174/99

Data: 1999.10.20

Processo nº 715

Requerente: Consolidated Financial Insurance.

I - O pedido

A empresa de seguros *Consolidated Financial Insurance* veio requerer parecer favorável para acesso a dados clínicos – “indicação da causa de morte e, na eventualidade de essa causa ser uma doença, indicação adicional da respectiva data de diagnóstico ou primeiros sintomas” – do seu segurado Joaquim Rosa Ferreira, que era titular do contrato de financiamento nº 70406, integrado na apólice de grupo nº 20040011.

A fundamentar esse pedido a requerente alega que aqueles dados clínicos são os que considera necessários para conclusão do processo de sinistro LRL 172/99.

II - Os factos

Considera-se provado o alegado falecimento de Joaquim Rosa Ferreira através de fotocópia do seu certificado de óbito, que se juntou ao processo.

Também se considera assente que Joaquim Rosa Ferreira era titular do contrato de financiamento nº 70406, integrado na apólice de grupo nº 2004011 da seguradora requerente.

III - O Direito

1. A Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (LADA), alterada pela Lei nº 8/95, de 29 de Março, e pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho, permite que terceiros tenham acesso a documentos nominativos (em rigor, aos dados pessoais neles

contidos – cf. seus artigos 4º, nº 1, e 7º , nº 6), desde que satisfaçam as seguintes condições:

- Demonstrem interesse directo, pessoal e legítimo (artigo 8º, nº 2);
- A invocação desse interesse seja acompanhada de parecer favorável da CADA artigos 15º, nº 2, e 20º, nº 1, alínea c) ;

Assim, um terceiro só pode ter acesso a dados pessoais se para tanto fizer previamente perante a CADA (directamente ou por intermédio da entidade administrativa detentora desses dados) prova do seu interesse directo, pessoal e legítimo – cf. artigos 8º, nº 2, 15º, nº 2, e 20º, nº 1 alínea c), da LADA, na redacção da citada Lei nº 94/99. Isso implica que:

- a) Seja bem explicada a finalidade a atingir;
 - b) A CADA reconheça que essa finalidade justifica, no caso, a quebra da privacidade;
 - c) Só seja facultado o acesso aos dados estritamente necessários à prossecução dessa finalidade.
2. Como vimos, a empresa requerente pretende ser informada sobre a causa da morte do referido Joaquim Rosa Ferreira e, na hipótese de essa causa ser uma doença, sobre as datas do diagnóstico e dos primeiros sintomas. Ora a obtenção dessa informação implica o acesso a dados pessoais (abrangidos pela reserva da intimidade da vida privada), de terceiro, embora já falecido, cuja privacidade merece ser valorizada acima do interesse que a seguradora invoca no sentido de os conhecer.

Aliás, o direito de acesso aos documentos administrativos, consagrado no artigo 268º, nº 2, da Constituição da República Portuguesa e na LADA, justifica-se pelo objectivo da maior transparência possível da actividade da Administração Pública e da vantagem em ela poder ser fiscalizada por qualquer

cidadão. E o acesso assim pretendido pela empresa seguradora não se enquadra em tais objectivos legais.

IV - Conclusão

O parecer da CADA é de que a *Consolidated Financial Insurance* não demonstra possuir um interesse directo, pessoal e legítimo para obter o pretendido acesso aos dados pessoais de Joaquim Rosa Ferreira.

Envie-se cópia do presente parecer à empresa requerente.

Aprovado na sessão da CADA de 20 de Outubro de 1999.

Castro Martins (Presidente) – *José Magalhães* – *Silva Marques* – *Narana Coissoró* – *Francisco de Brito* – *Renato Gonçalves* – *Branca Amaral* – *Amadeu Guerra*